

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº: 015/2018

Pregão Eletrônico nº: 44/2018

Objeto: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial nos Entrepósitos de Araraquara, Bauru, Franca, Piracicaba, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Frigorífico de Sorocaba, conforme especificações constantes do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

Recorrente: FAST MENIYA SERVIÇOS, COMERCIO E MONITORAMENTO EIRELI

Trata-se a presente de julgamento de RECURSO administrativo apresentado pela empresa FAST MENIYA SERVIÇOS, COMERCIO E MONITORAMENTO EIRELI, opondo-se à decisão administrativa que determinou a habilitação da empresa WORLDWIDE SEGURANÇA EIRELI para os Lotes 1 e 2 do Pregão Eletrônico nº 44/2018. Os pontos da peça recursal foram devidamente analisados e ponderados, resultando, justificadamente, na decisão final de improcedência.

Assim, procedeu-se a análise e o julgamento do recurso, nos termos abaixo deduzidos:

I. DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

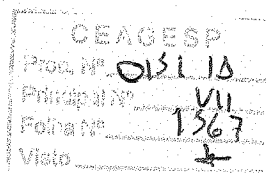
Após o informe do prazo para registro da intenção de recurso no dia 06/02/2019, as empresas FAST MENIYA SERVIÇOS, COMERCIO E MONITORAMENTO EIRELI e FORÇA E APOIO SEGURANCA PRIVADA LTDA, apresentaram os pressupostos legais para admissibilidade do recurso tendo, portanto, sua intenção aceita.

O recurso foi apresentado no prazo, ou seja, até o dia 11/02/2019, pela empresa FAST MENIYA. A empresa FORÇA E APOIO não apresentou o seu recurso.

As contrarrazões da WORLDWIDE SEGURANÇA EIRELI cumpriu o prazo estipulado, sendo inserido no sistema até o dia 14/02/2019, data previamente divulgada no site Comprasnet.

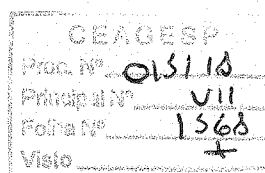
II. DO(S) ARGUMENTO(S) DA EMPRESA RECORRENTE

Na razão de seu inconformismo a empresa alegou que:



"Como de conhecimento dos membros da comissão de licitação e sobretudo do Pregoeiro dessa conceituada empresa pública, o procedimento licitatório, independente de sua modalidade, tem por finalidade buscar a melhor e mais vantajosa proposta para o órgão licitante. Com efeito, indiscutivelmente, a nossa proposta, o qual sagrou-se inicialmente vencedora, foi a melhor e mais vantajosa para a Ceagesp, entretanto, por uma situação estranha e que afronta os princípios que norteiam os atos administrativos, após encerrado e declarado vencedor dos grupos colocados em certame, foi aberta novo período de negociação e de forma temerosa convocada a segunda empresa licitante. Para espanto, constou no chat, que a nossa empresa teria sido chamada a renegociar a proposta que já havia sido declarada vencedora, ou seja, renegociar um ato jurídico perfeito atestado e certificado pela conclusão do próprio pregoeiro. Contudo, por uma questão óbvia, nenhuma resposta foi ofertada a empresa porque não havia necessidade de melhorar o que já era suficiente para vencer o certame. Contudo, por não ter melhorado a proposta, por não ter entrado na renegociação, cuidou a pregoeira de chamar inadvertidamente a segunda classificada. Para espanto ainda maior, ao chamá-la sugeriu que a mesma cobrisse ou mantivesse a proposta que havia sido ofertada por nós, o que foi veementemente recusada pela empresa. Nada obstante a recusa da empresa, a pregoeira cuidou de afirmar que consultou o gestor técnico e passou a aceitar a proposta da segunda classificada, pasme, que jamais foi a melhor e mais vantajosa para a empresa. Com isso, afastou o resultado que havia classificado nossa empresa em primeiro lugar no certame e, agora, habilitou e adjudicou o objeto a empresa Worldwide, o que constitui ato atentatório aos princípios da administração pública, mormente, o da legalidade e moralidade. Além de atentar contra os princípios da administração, inobservar a finalidade do procedimento licitatório, isto é, de se buscar a melhor e mais vantajosa proposta, ainda modificou um ato jurídico perfeito: a declaração de vencedora da empresa ora recorrente, o que fere de morte a Constituição Federal. Diante do exposto, requer a Vossas Senhorias, que se digne em acolher as razões acima, provendo o presente recurso, no sentido de reformar a decisão proferida pela pregoeira retornando a situação anterior que declarou vencedora a proposta por nós apresentada, não somente pelos vícios que os atos posteriores a declaração de vencedora apresentaram, mas, por ser indiscutivelmente a melhor e mais vantajosa para a empresa, fazendo assim, para homologar e adjudicar o objeto do presente certame a nossa empresa, que certamente prestará um serviços digno de serem premiados e elogiados em público. É o que requer como medida de Justiça!"

Assim, requer que seja reconsiderada sua desclassificação e adjudicado o objeto deste certame à empresa FAST MENIYA SERVIÇOS, COMERCIO E MONITORAMENTO EIRELI.



III. DAS CONTRARRAZÕES

Recebidas e processadas regularmente as contrarrazões apresentadas pela empresa WORLDWIDE SEGURANÇA EIRELI esta requer: que seja acolhida a preliminar arguida para não conhecer do recurso da empresa FAST MENIYA SERVIÇOS, COMERCIO E MONITORAMENTO EIRELI tendo em vista que os motivos e as razões do recurso não se coincidem (vide pedido final nas contrarrazões).

Ademais a empresa requer, na eventualidade quanto ao mérito a improcedência do recurso, tendo em vista os fatos e fundamentos expostos na contrarrazões publicadas e disponibilizadas no Portal Comprasnet.

IV. DA ANÁLISE DO RECURSO

Antes de adentrarmos no análise do mérito recursal, é importante fazermos um breve relato dos fatos:

O presente certame foi dividido em dois Lotes e teve sua sessão inaugural em 28/12/2018, na qual restou classificada com a primeira melhor proposta a empresa FAST MENIYA (Lote 1 e Lote 2).

Nesta mesma data, na sequência, e após o encerramento da etapa de lances, às 11h33min59seg, a Pregoeira encaminhou, pelo sistema eletrônico, solicitação de contraproposta direta à licitante conforme determina o item 7.7.3 do Edital e artigo 24, § 8º do Decreto 5.450/05, a saber:

“7.7.3 Após o encerramento da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor de referência, não se admitindo negociar condições diferentes.”

“Art. 24. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

(...)

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado

CEAGESP
Proc. Nº 015114
Principat Nº VII
Folha Nº 1569
Visto

o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.”

Assim, durante a sessão foram enviadas diversas mensagens à recorrente alertando-a sobre a possibilidade da perda do negócio caso não se comunicasse no chat, mas a licitante sequer respondeu se estava ou não acompanhando a sessão, foi então que somente às 11h51min07seg, ou seja, quase 20 (vinte) minutos mais tarde, a pregoeira desclassificou a empresa por não responder ao chamado para negociação no chat.

Diante disso, foi convocada a segunda melhor classificada - Worldwide, realizando os mesmos critérios de negociação para aceitabilidade da proposta. Como a empresa convocada estava presente na sessão, respondeu sobre a possibilidade de negociação, evoluiu-se, dessa forma, para as demais fases do certame.

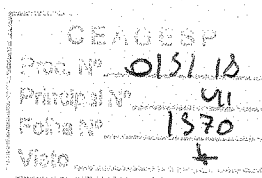
Passemos a análise:

A Administração Pública em suas compras, de maneira geral, não deve buscar somente o melhor preço, mas sim a proposta mais vantajosa.

Sobre esse prisma, a proposta mais vantajosa para a administração pública, especialmente na licitação, com dispositivo legal previsto no art. 3º da Lei 8666/93, traz consigo implicitamente que não se trata apenas de menor preço, mas também a observação de princípios públicos como da legalidade, moralidade, eficiência, eficácia, dentre outros que possam contribuir para uma contratação mais segura possível.

Explorando o princípio da eficiência em licitação pública percebe-se que esta gira em torno de três aspectos fundamentais: preço, qualidade e celeridade. Do princípio da eficiência, mais abrangente, decorrem outros princípios, entre os quais o do justo preço, da seletividade e da celeridade. O do justo preço demanda que a administração não assuma compromissos com preços fora de mercado, especialmente elevados; o da seletividade requer cuidados com a seleção da proposta contratada, relacionando-se diretamente com a qualidade do objeto contratado; o da celeridade significa dizer o tempo que deve-se levar para a conclusão do procedimento licitatório, devendo ser o mais breve possível.

Ao se considerar o aspecto celeridade, dentro da sessão do pregão eletrônico, percebe-se que este é um procedimento administrado pelo pregoeiro, uma vez que por força legal, nas suas atribuições está inserida a responsabilidade, dentre outras, a de conduzir a sessão



pública do certame, cabendo, portanto, ao licitante obedecer a ordem de comando, fazendo-se presente nos atos para o qual é chamado a se pronunciar, os quais não podem ser realizados de outra forma, senão durante a solenidade.

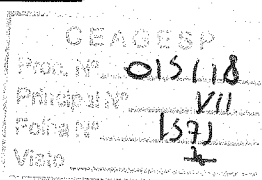
Por esse fato, nota-se que na questão abordada pela recorrente, não configurou-se nenhuma ilegalidade por parte da pregoeira, uma vez que existe previsão constante no regulamento federal, acima referenciado, indicando a possibilidade de o pregoeiro intentar negociação com a licitante classificada em primeiro lugar ao final da fase de lances, com o objetivo de obter preço ainda mais vantajoso do que aquele até então oferecido.

O Tribunal de Contas da União vem consolidando sua jurisprudência no sentido de ser um dever do pregoeiro intentar negociação ao final da fase de lances. Vejamos:

- No Acórdão nº 694/2014 – Plenário, por exemplo, o Min. Relator fez constar de seu Voto que, apesar “de o mencionado normativo estabelecer que o pregoeiro ‘poderá’ encaminhar contraproposta, me parece se tratar do legítimo caso do poder-dever da Administração”. Segundo o raciocínio adotado, uma vez concedida a prerrogativa legal para adoção de determinado ato, deve a administração adotá-lo, tendo em vista a maximização do interesse público em obter-se a proposta mais vantajosa, até porque tal medida em nada prejudica o procedimento licitatório, apenas ensejando a possibilidade de uma contratação por valor ainda mais interessante para o Poder Público. (Grife nosso)
- No Acórdão nº 1.401/2014, foi a vez de a 2ª Câmara do TCU decidir ser aplicável, na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, a prerrogativa administrativa da negociação em todas as modalidades licitatórias.

Saliente-se, inclusive, que, para o TCU, mesmo naqueles casos em que a proposta mais bem classificada atende ao critério definido no instrumento convocatório para sua aceitabilidade, cumpre ao pregoeiro intentar negociação visando à redução do preço. Esse tema havia sido objeto de recomendação feita no Acórdão nº 3.037/2009 – Plenário e foi novamente tratado no Acórdão nº 720/2016 – Plenário, quando a Corte de Contas deu ciência ao órgão jurisdicionado de que:

“(…), sobre a ausência de negociação com o licitante vencedor, visando obter melhor proposta de preços, identificada no Pregão Eletrônico 9/2014, dado que essa providência deve ser tomada mesmo em situação na qual o valor da proposta seja inferior ao valor orçado pelo órgão licitante, considerando o princípio da



indisponibilidade do interesse público e o disposto no art. 24, § 8º, do Decreto 5.450/2005, com a interpretação dada pelo TCU mediante os Acórdãos 3.037/2009 e 694/2014, ambos do Plenário, com vistas à adoção de controles internos que mitiguem a possibilidade de ocorrência de outras situações semelhantes; “ (Grifo nosso.)

Em vista dessas razões, conclui-se que o Tribunal de Contas da União, com base no princípio da indisponibilidade do interesse público e no disposto no art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/05, vem consolidando seu entendimento no sentido de que é dever, e não mera faculdade, do pregoeiro intentar negociação de preços com o licitante vencedor, mesmo naquelas situações em que o valor da proposta atenda ao critério de aceitabilidade fixado no instrumento convocatório.

V. DA DECISÃO

Por todo exposto e à luz dos princípios basilares da licitação pública, primando pelos Princípios Gerais que regem o Direito Administrativo, em consonância com os ditamos da Lei nº. 13.303/2016, Lei nº. 10.520, Decreto Federal 5.450/2005, termos do edital e todos os atos até então praticados, **DECIDO POR ADMITIR E CONHECER O RECURSO** interposto pela empresa **FAST MENIYA SERVIÇOS, COMERCIO E MONITORAMENTO EIRELI**, para, no **MÉRITO IMPROVÊ-LO**, mantendo como **VENCEDORA** do certame, a empresa **WORLDWIDE SEGURANÇA EIRELI** para os Lotes 1 e 2.

Por oportuno, no tocante a alegação de falsa declaração e pedido de sancionamento, a Administração efetuará a apreciação em momento oportuno, com abertura de procedimento próprio pela autoridade máxima competente.

Submeto a presente manifestação à consideração superior do Sr. Diretor-Presidente, autoridade competente, nos termos do inciso IV, do artigo 8º do Decreto nº 5.450/2005, para julgamento.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019.


Fernanda Carreiro Oliveira da Silva
Pregoeira

CEAGESP	
Proc. Nº	013.118
Princípio Nº	VII
Folha Nº	1572
Visão	✓